Boletim Informativo

ASPACER Associação Paulista das Cerâmicas de Revestimento
SINCER Sindicato das Indústrias da Construção, do Mobiliário e de Cerâmicas de Santa Gertrudes

Sexta-feira, 12 de Novembro de 2021 nº497

Petrobras oferecerá gás pelo dobro do preço em 2022

A Petrobras, que ainda abastece a maior parte do mercado, já avisou as distribuidoras e grandes consumidores com contratos vencendo no final deste ano que não haverá renovação e só poderá fornecer o combustível pelo dobro do preço.

Esse movimento da estatal é relevante e terá impacto na economia em ano eleitoral porque, a partir de janeiro, 70% do mercado estará sem contrato, segundo conta das distribuidoras.

A Abegás (Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado) avalia formalizar no Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) uma reclamação contra a Petrobras por abuso de poder econômico, ferindo cláusulas dos termos de compromisso assinado no ano passado que garantiriam o fim do monopólio neste setor.

Sem alternativa de novos fornecedores, essas empresas continuarão reféns da estatal. No mercado internacional falta combustível, o que fez os preços para importação dispararem. As empresas que produzem aqui só conseguem abastecer 25% da necessidade do mercado. Nem mesmo a Petrobras conseguirá atender todos os interessados.

Segundo a Abegás, a proposta mais vantajosa da estatal prevê o gás a quase US$ 20 por milhão de BTU, o que praticamente dobraria o preço — hoje em US$ 11.

Os contratos propostos pela empresa variam de um mês a quatro anos e o preço sofre um desconto no contrato mais longo. As distribuidoras tentam negociar um de seis anos, com preços entre US$ 10 e US$ 15 por milhão de BTU.

Esses contratos teriam possibilidade de revisões a cada três meses no primeiro ano, caso apareçam novos fornecedores com preços melhores. Ainda não houve acordo.

O gás é insumo fundamental para a indústria de vidro e cerâmicas, e abastece geradoras de energia (termelétricas). Consumidores residenciais teriam um aumento considerável em suas contas.

Isso ocorreria porque, no ano passado, a Petrobras assinou um acordo com o Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) em que concordou retirar-se do mercado de transporte e distribuição do gás, pondo fim ao monopólio.

A medida foi anunciada pelo governo e o ministério de Minas e Energia e o da Economia celebraram a criação do chamado Novo Mercado do Gás.

Mais empresas se estabeleceriam nesse mercado porque teriam acesso livre aos dutos que antes pertenciam à Petrobras. Poderiam criar empresas pelo país investindo na construção de mais gasodutos. Esse movimento faria a oferta crescer derrubando o preço."Mas com venda de ativos [decorrente da abertura do mercado após acordo com o Cade], a Petrobras ficou sem terminal de importações da Bahia por dois anos e ficou sem gás que podia comprar de parceiros dos campos do pré-sal", diz Augusto Salomon, presidente da Abegás.

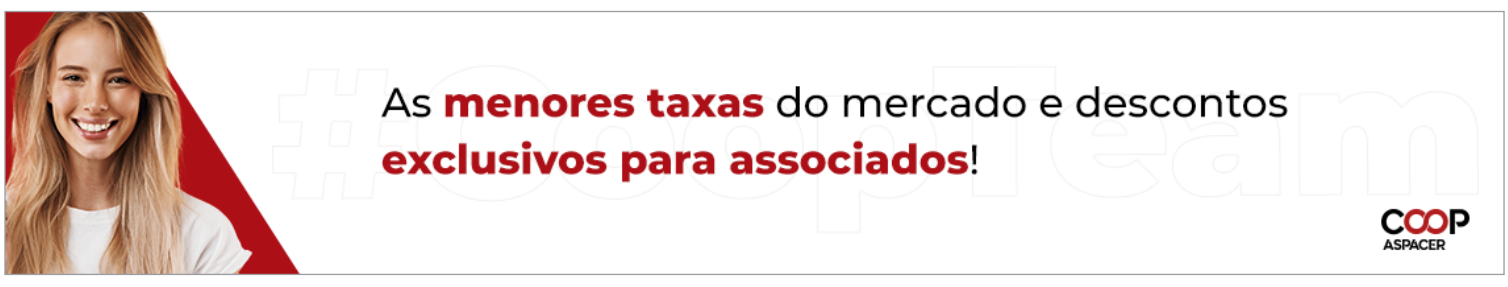
"Basicamente só tem o gás que produz. Desse gás, consome 14 milhões de metros cúbicos por dia em suas atividades", completa. Outros produtores e importadores privados já têm disputado contratos, mas com volumes insuficientes para substituir a estatal.

Salomon explica ainda que as petroleiras privadas com reservas no país têm pouco interesse em vender gás, porque tomaram decisões de investimento considerando o aumento da produção de óleo e não a distribuição.

Pessoas que participam das negociações afirmam que, por isso, a estatal enviou carta para as distribuidoras, especialmente as do Nordeste, informando que não seria possível renovar os contratos vincendos.

No entanto, a empresa abriu a possibilidade de fornecer o gás em contratos conhecidos como spot (de curto prazo). Nesse tipo de operação, o preço flutua de acordo com a cotação internacional.

Fonte: Folha de São Paulo



Avança na Câmara proposta de novo código de mineração

Após meses de audiências públicas, a deputada Greyce Elias (Avante-MG) propôs ao grupo de trabalho de reforma do Código de Mineração na Câmara que Estados e municípios não precisem necessariamente dar anuência para extração mineral e que os pedidos de autorização de pesquisa, concessão de lavra e registro de licenciamento tenham "aprovação tácita": se não houver resposta da Agência Nacional de Mineração (ANM) em 180 dias, serão considerados aprovados.

O relatório da parlamentar será debatido ao longo de duas semanas e a previsão é votá-lo no dia 23 no grupo de trabalho criado pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), após uma reunião com representantes do setor em junho. A intenção é tirar do papel uma reforma do Código que foi discutida pela Câmara entre 2013 e 2016, mas não foi votada por divergências entre o setor e o governo do PT. O novo projeto, nos planos de Lira, seria votado direto no plenário.

Parte das propostas naquela época está de volta no novo código, como inserir a mineração como atividade de "utilidade pública e interesse nacional". Outras discussões, como as alíquotas da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) - os royalties do setor - e a mineração em terras indígenas, não entraram no debate.

Índice da construção civil sobe 1,01% em outubro

O Índice Nacional da Construção Civil subiu 1,01% em outubro, 0,13 ponto percentual acima da taxa de setembro, quando houve variação de 0,88%. No acumulado de 12 meses, alcançou 21,22%, pouco abaixo dos 22,06% registrados nos 12 meses imediatamente anteriores. Já de janeiro a outubro acumulou 16,79%.

Em outubro de 2020, o índice havia sido 1,71%. Os dados do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (Sinapi) para outubro foram divulgados hoje (10), no Rio de Janeiro, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O custo nacional da construção, por metro quadrado, saiu de R$ 1.475,96 em setembro para R$ 1.490,88 em outubro. Neste valor, R$ 888,45 são relacionados aos materiais e R$ 602,43 à mão de obra. Segundo o IBGE, a parcela dos materiais subiu 1,27%, o que representa alta de 0,06 ponto percentual em relação a setembro (1,21%).

Produção Industrial recua em nove dos 15 locais pesquisados, diz IBGE

A produção industrial caiu em nove dos 15 locais investigados pela Pesquisa Industrial Mensal (PIM Regional), com a redução de 0,4% registrada na passagem de agosto para setembro.

As principais quedas ocorreram no Ceará (-4,4%) e no Amazonas (-4%). Os estados de Goiás (-2,3%), Mato Grosso (-2,2%), São Paulo (-1%), Pará (-0,6%) e Santa Catarina (-0,5%) tiveram recuos mais intensos do que a taxa nacional (-0,4%). Os dados da PIM foram divulgados hoje (10) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

De acordo com o levantamento, a maior influência partiu de São Paulo, que responde por cerca de 34% da produção industrial do país. O setor de alimentos e, em menor escala, o de derivados do petróleo contribuíram para a queda de 1% na comparação com agosto. Com o resultado, o estado se encontra 1,4% abaixo do patamar pré-pandemia.

ASPACER tem expediente alterado no feriado de 15 de Novembro

Nesta segunda-feira, 15 de novembro, feriado Nacional, onde é comemorada a Proclamação da República, não haverá expediente administrativo na sede da ASPACER.

ASPACER tem expediente alterado no feriado de 15 de Novembro.

A CoopAspacer também não terá atendimento neste dia. Na terça-feira, 16, o atendimento volta ao normal em ambas as instituições.